



.....99
.....106
.....109
.....218
.....220
.....231
.....243
.....263
.....266

Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento em Países Emergentes*

*States, Varieties of Capitalism and Development in Emergent Countries**

Eli Diniz

Coordenadora do Instituto de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento/INCT-PPED
dinizeli@terra.com.br

.....

Resumo

O presente artigo tem como cerne o aprofundamento da reflexão sobre o referencial analítico das variedades de capitalismo, tendo em vista as mudanças experimentadas pelo processo de globalização ao longo das duas últimas décadas e as pressões pela redefinição do conceito de desenvolvimento de forma a adequá-lo às injunções do atual momento histórico. Para tanto, parte-se de uma discussão sobre a temática da continuidade e mudança no contexto pós-neoliberal, para em seguida focalizar a inflexão no debate internacional contemporâneo acerca do processo de globalização, o papel do Estado e os rumos do desenvolvimento, considerando as transformações recentes da ordem capitalista mundial.

Palavras-chave: Estado, variedades de capitalismo, desenvolvimento.

Abstract

This article intends to discuss the analytical approach of varieties of capitalism considering the growing complexity of the globalization process during the last two decades and the changes in the capitalism system in the conjuncture posterior to international market reforms. The argument is divided in three sections. The first section discusses the third wave of interpretations about the phenomenon of globalization, highlighting the criticism of the orthodoxy of the Washington Consensus. The second focuses on the new conception of the role of the State in the recent debate on varieties of capitalism. Finally, the article emphasizes the reformulation of the concept of development.

Keywords: States, varieties of capitalism, development

Introdução

O presente texto reflete uma discussão levada a efeito ao longo de um conjunto de seminários desenvolvidos entre abril e novembro de 2009. Está relacionado, não só com o programa de estudos do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED) – amplo projeto de pesquisas que reúne uma rede de instituições, cuja sede é a UFRJ – mas também tem fortes conexões com as linhas de pesquisa que se articulam no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ). O tema do *paper* retoma a literatura que fundamenta os estudos em andamento no âmbito de tais programas.

A idéia é aprofundar a reflexão sobre o referencial analítico das variedades de capitalismo, o qual vem se tornando cada vez mais presente no debate acadêmico contemporâneo. Não que essa matriz interpretativa seja de origem recente. Na verdade, em seus fundamentos teóricos, é bastante antiga. Entretanto, vem ganhando complexidade à luz da contribuição de um conjunto de autores que a utilizam em suas pesquisas, no campo da política comparada alargando seu escopo para além dos estudos sobre os países capitalistas avançados. Um dos objetivos é o de preencher uma grande lacuna no que se refere ao conhecimento da trajetória dos países latino-americanos, no período subsequente ao esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e à experiência das reformas liberalizantes dos anos 1990. Tais países se defrontam no presente momento com um duplo desafio: o de responderem aos efeitos adversos da crise internacional desencadeada a partir de setembro de 2008, coincidindo com forte pressão para definirem novas estratégias de desenvolvimento.

Portanto, o tema do artigo será tratado, em suas grandes linhas, à luz do debate acima delineado. Para tanto, vou concentrar-me na discussão das inter-relações entre globalização, Estado e desenvolvimento, utilizando a literatura referida, que vem sendo continuamente reelaborada a partir de final dos anos 90 do século passado e segue tendo relevância para as questões que dizem respeito às vias alternativas de desenvolvimento no período pós-reformas orientadas para o mercado, cerne de nossa agenda de pesquisas.

A controvérsia entre continuidade e mudança no contexto pós-neoliberal

Para desenvolver meu argumento, tomo como ponto de partida o contraste entre as duas últimas décadas, isto é, os anos 1990 do século passado e a década ainda em curso, que se estende de 2001 até o presente momento.

E por que eleger como ponto de partida o contraste entre as duas referidas décadas?

Certamente não é por acaso. Adotando essa perspectiva, contraponho-me à grande maioria – ou pelo menos a uma grande parte – dos cientistas sociais, no campo da história, da política, da economia e da sociologia, que têm analisado o Brasil, ao longo das duas últimas décadas, insistindo nos traços de continuidade que marcariam os quase vinte anos que se estendem entre 1990 e o atual momento. Em outros termos, os dois períodos do governo Lula nada mais seriam do que um desdobramento, em suas grandes linhas, das políticas implementadas durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Do meu ponto de vista, o argumento da continuidade não se sustenta à luz de uma análise mais acurada acerca das mudanças ocorridas no período 2003-2009. Não me parece pertinente considerar o governo Lula como simples retomada de reformas ou de políticas macroeconômicas executadas durante a chamada Era Fernando Henrique Cardoso. Não que não haja pontos de continuidade. Sabemos que os há, sobretudo, no âmbito da estabilização monetária e da disciplina fiscal. Mas o que gostaria de salientar é que os pontos de descontinuidade são mais relevantes do que as linhas de continuidade. Este traço, aliás, é típico de qualquer governo de transição. Segundo meu ponto de vista, o governo Lula pode ser designado, apropriadamente, como um governo de transição.

Qual o ponto de partida e a direção desta transição? Eu diria que se trata da transição de um experimento calcado nas reformas orientadas para o mercado, para um novo caminho, que ainda não está claramente definido, que ainda está marcado por uma série de tensões entre políticas que emanam de diferentes órgãos, de diferentes agências governamentais, algumas convergentes, outras, não. Porém, o atual governo distancia-se do anterior principalmente por sua ênfase nas políticas sociais, que ganharam maior alcance e profundidade, além de sua atuação na área da política externa, voltada para a busca de uma inserção mais assertiva no quadro internacional. Observam-se ainda diferenças no que se refere a outras importantes áreas, como as da política industrial e de comércio exterior. Ademais, cabe ressaltar a moldura político-institucional de maior amplitude do atual governo, que retoma – porém, modificando-a – a antiga tradição de articulação entre os setores privado e

público, ou de forma mais abrangente, entre setores da sociedade civil e o Estado, dentro de instâncias específicas do aparato estatal. Os diversos conselhos, como o CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e o CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial), são alguns dos exemplos mais marcantes. Portanto, há, pelo menos, três aspectos que chamam a atenção, no contraste aqui referido, o social, o institucional e a busca de maior autonomia na condução da política nacional.

Em síntese: enquanto os anos 90 do século passado podem ser caracterizados pela primazia do modelo e da agenda neoliberal, a primeira década do terceiro milênio está marcada pela rejeição desta agenda, associada a um movimento de aspiração por mudanças nas políticas econômicas e sociais. Observa-se, a partir daí, a configuração de um contexto propício a um profundo processo de revisão de paradigmas. Esse é o ponto que merece ser destacado.

Desta forma, meu argumento privilegia a mudança. É possível identificá-la não apenas no plano intelectual e acadêmico, mas também no campo das transformações históricas em curso. Assim, se observarmos a evolução recente da política brasileira, podemos constatar um fato marcante, qual seja, a reorientação das preferências eleitorais em 2002, com a eleição de Lula para a Presidência da República. Um fato marcante em que sentido? Porque representou, efetivamente, um importante ponto de inflexão na trajetória eleitoral do País, configurando um corte em relação ao período imediatamente anterior. Claro está que não se trata de um fato isolado. Ao contrário, pode-se dizer que faz parte de um novo momento histórico, em que se observa uma virada na trajetória de vários países da América Latina, no período posterior às reformas orientadas para o mercado. Ascende ao primeiro plano, uma visão crítica do passado recente. Entretanto, não vou me deter na análise de outros países latino-americanos, porque tal esforço escapa aos objetivos desta palestra. Minha reflexão tem como foco o Brasil.

Quais são os fatores que explicam essa virada que varreu o continente sul-americano? A explicação requer que se conjuguem fatores externos e internos. Entre os fatores externos, o primeiro que me ocorre lembrar aqui, diz respeito ao surgimento de novas potências com poder de deslocamento do centro de gravidade da economia internacional. Refiro-me à ascensão de potências como a China e a Índia e os seus reflexos na geopolítica internacional. Novas alianças e novos fóruns de negociação tornam-se viáveis. Outro aspecto relevante, na esfera internacional, refere-se ao fortalecimento de novas idéias e o crescente questionamento de paradigmas até então dominantes. Em outros termos, podemos afirmar que houve, e continua em curso, um acirramento do debate acadêmico internacional (Diniz, 2007). Neste ponto, poderíamos acrescentar

uma pergunta. Será que a crise internacional, que se desencadeou a partir de setembro de 2008, não terá alterado esse quadro? Certamente alterou! Mas do ponto de vista que me interessa aqui salienta, a crise vem produzindo efeitos que acentuam a tendência anteriormente referida.

Como é sabido, as conjunturas de crise criam incentivos ao debate e à revisão de paradigmas. Muitas certezas e posições arraigadas são profundamente questionadas e abalam-se os alicerces de antigas convicções. Este argumento está desenvolvido no conhecido livro de Peter Gourevitch, publicado em 1986, *Politics in Hard Times*. Cito literalmente um trecho do autor, no qual ele afirma:

“Os anos de crise expõem forças e fraquezas ao escrutínio de todos, permitindo aos observadores perceber relações que eram pouco claras nos períodos de bonança, nos períodos de prosperidade, quando os bons tempos quase anulam a propensão a refutar e a desafiar. Os anos de crise são tempos em que se corrompem antigas relações. E há que construir novas instituições e novos padrões, novas formas de pensar e de agir”¹.

Considerando-se, portanto, a atual conjuntura crítica, é possível admitir que o processo de crise que atingiu a todos os países do mundo poderá acentuar a tendência assinalada a se repensar modelos de ação, a formular novos pacotes de políticas públicas, voltadas não apenas para o enfrentamento da crise, a curto prazo, mas também para definir rumos futuros. Torna-se historicamente descartada a possibilidade de olhar para trás em busca de orientação. Isto porque ficou claro, no decorrer desse processo, que não há volta ao passado, que não há como buscar, no passado, a inspiração para o enfrentamento das questões e dos desafios do presente.

Com relação aos fatores externos, esses são os pontos que gostaria de acentuar. E quanto aos fatores internos, quais seriam os mais relevantes? Em primeiro lugar – e aqui estou me referindo a América Latina em geral e mais especificamente ao Brasil – cabe destacar o processo de consolidação da democracia, no sentido da construção da chamada ‘democracia sustentada’. O termo ‘democracia sustentada’ refere-se a um formato de democracia distinto dos experimentos democráticos que vigoraram na América Latina, da independência aos anos 80 do século passado, na medida em que as novas democracias caminham gradualmente, mas de forma segura, para a estabilidade das regras da competição política.

Sob esse aspecto, cabe ressaltar as mudanças na ordem política, cuja consequência mais notável foi a ruptura com a trajetória cíclica das repúblicas latino-americanas. Anteriormente, as experiências democráticas da região caracterizaram-se por alto grau de instabilidade política, traduzindo-se em crises sucessórias agudas, seguidas de intervenções militares e golpes de estado,

como saída para as numerosas crises de ingovernabilidade, típicas do período. Desse ponto de vista, o que diferencia as novas democracias é que as crises de governabilidade tendem a ser enfrentadas, cada vez mais, sob as regras da competição democrática. É preciso lembrar que grande parte dos pontos de inflexão a que me referi, no início de minha exposição, se realizou pela via eleitoral.

Outro aspecto importante para definirmos essa idéia de construção de uma democracia sustentada – refiro-me principalmente a países como Brasil, Chile, México e Uruguai – diz respeito ao princípio da alternância no poder. Trata-se de uma regra básica do sistema democrático – implicando a aceitação da ascensão ao poder de forças políticas identificadas com as diferentes nuances do espectro ideológico. Tal possibilidade, que não encontrava, no contexto das experiências anteriores de democracia, condições de se afirmar, no momento atual, passa a ter vigência. A transição de governos de centro-direita para governos progressistas e de centro-esquerda tornou-se não só rotineira, nesses países, mas, sobretudo, ocorreu de forma pacífica, com o acatamento dos resultados das urnas, fato que, no passado, seria impensável.

Em síntese, considerando-se o caso do Brasil, os anos 80 se caracterizaram pela execução de um amplo conjunto de reformas políticas, conduzindo a sociedade brasileira, a romper com o passado autoritário, por meio da implantação de um regime poliárquico, que se aproxima do modelo descrito por Robert Dahl, no seu conhecido livro, *Poliarquia* (Dahl, 1972). O resultado mais notório foi a construção da ordem democrática, em bases mais estáveis. Estudos do PNUD, realizados recentemente – e publicados em 2004 – constataram altos índices de democracia eleitoral na região latino-americana, fato também incomum no passado (PNUD, 2004).

No Brasil, o auge desse processo está representado pela Constituição de 1988 – a chamada Constituição Cidadã – que instaurou princípios de amplas liberdades políticas no País. Liberdades de organização, de expressão, de imprensa, de participação e algo que muitas vezes é criticado pela mídia – porque focalizado de maneira isolada – ampla liberdade de formação dos partidos políticos. O formato constitucional permitiu que o Brasil recuperasse a sua tendência histórica ao sistema pluripartidário. Tratava-se, antes de tudo, de sepultar o legado autoritário, esta a palavra de ordem da época. Mas tratava-se também do fortalecimento dos valores democráticos, da amplitude dos direitos de contestação pública, da liberdade de oposição, observando-se ainda o aperfeiçoamento dos mecanismos de *accountability* vertical. Este é outro fato auspicioso, no que diz respeito à consolidação da ordem democrática no Brasil. Se adotarmos uma perspectiva histórica, vale dizer, uma visão de longo prazo,

podemos constatar que o processo de formação do Estado brasileiro, caracterizou-se por um déficit historicamente acumulado no tocante aos mecanismos de *accountability*. Refiro-me aqui tanto aos mecanismos de *accountability* vertical – porque os resultados eleitorais percebidos como ameaça aos interesses estabelecidos eram sistematicamente abortados por golpes de estado – como também no que diz respeito à *accountability* horizontal, que tem a ver com o processo de aprimoramento institucional – de governança institucional – e que implica a construção de instituições sólidas, com capacidade de supervisão, de cobrança e prestação de contas.

Portanto, a despeito dos fatos negativos amplamente ilustrados pela mídia – tais como os inúmeros casos de corrupção, de intercâmbio clientelista entre os poderes Executivo e Legislativo, de perda de credibilidade do Congresso – não se pode perder de vista que a direção geral do processo político caminha no sentido da construção de uma democracia sustentada, tendo em vista as características acima referidas.

Finalmente, no que diz respeito ao conjunto dos fatores internos, gostaria de salientar um fenômeno bastante difundido no final dos anos 90 – na América Latina e também no Brasil – que tem a ver com a insatisfação crescente por parte de amplos setores da população – inclusive das classes empresariais – em relação à perpetuação do binômio estabilidade econômica com sacrifício do crescimento econômico. Ganha realce a idéia da legitimidade da estabilização econômica, associada, porém, à crescente tomada de consciência acerca da necessidade de abrir espaço para políticas de desenvolvimento. Ademais, o desenvolvimento passa a ser percebido a partir de uma ótica distinta daquela que havia marcado a era desenvolvimentista, cuja prioridade absoluta era o crescimento econômico. A tônica do debate se desloca para a nova visão do desenvolvimento. Esta necessariamente incorpora as dimensões da ética, da equidade e da sustentabilidade, três dimensões que se articulam objetivando a construção do bem-estar coletivo. A ênfase na questão da ética não se prende ao significado moral do termo. Seu emprego se faz no sentido de que não importam apenas a eficiência econômica e o fortalecimento do mercado. A nova concepção do desenvolvimento implica compatibilizar as metas da satisfação individual e a da justiça social, recuperando a tradição cultural democrático-humanista. Por que a ênfase na equidade? Porque a tolerância em relação ao abismo de riqueza e de poder entre incluídos e excluídos tende a gerar uma situação de *hobbesianismo social*, ameaçando qualquer projeto de longo prazo. Finalmente, a sustentabilidade é um imperativo do mundo contemporâneo, na medida em que a atitude predatória em relação aos recursos naturais e ao meio ambiente nos conduzirá inexoravelmente a um impasse e,

portanto, já não é mais aceitável dado o nível do conhecimento sobre seus efeitos devastadores. E, mais ainda, tais dimensões não mais podem ser tratadas sob a ótica de um jogo de soma zero. Portanto, ética, equidade e sustentabilidade representam aspectos indissociáveis da nova concepção de desenvolvimento. Esta, por sua vez, requer a formulação de um novo projeto nacional que responda às aspirações do conjunto da população, pois que um projeto nacional não pode ser apenas a expressão dos interesses das elites. Por último, para a execução desta agenda impõe-se a transversalidade das políticas públicas e o alto grau de capacidade de coordenação do Estado para tornar exequível a harmonização desse conjunto de políticas.

A inflexão no debate internacional contemporâneo

O segundo ponto para o qual gostaria de chamar atenção refere-se à inflexão no debate internacional. E aqui vale destacar dois aspectos. O primeiro deles caracteriza-se pela complexidade das análises atuais sobre o processo de globalização. No limiar do novo milênio, assiste-se à configuração de um novo momento, cujo cerne nos remete à reinterpretação da globalização. É o que pode ser considerado como expressão da ‘terceira geração de interpretações sobre o processo de globalização’². A partir do ano 2000, rompeu-se o consenso que nos anos 1990 deu sustentação teórica e ideológica às políticas inspiradas no receituário do chamado consenso de Washington, garantindo a supremacia da agenda pró-mercado e a defesa da negação – e mesmo da anulação – do papel do Estado. Nas palavras de Peter Evans, “No limite, chegaríamos à idéia do eclipse do Estado” (Evans, 2007: 97-130). Assim, configurou-se uma fratura na comunidade epistêmica internacional (Haas, 1997), marcada atualmente pelo conflito de paradigmas e pelo choque de orientações.

Destá maneira, no centro desta controvérsia intelectual contemporânea, poderíamos situar uma série de livros e artigos seminais, trabalhos que exerceram grande influência neste campo de reflexão, tanto na área da economia, como no âmbito da ciência política. Refiro-me a um conjunto muito amplo de autores de distintas tendências. Citarei apenas alguns que são mais conhecidos no Brasil, até porque muitos de seus livros foram traduzidos para o português.

É o caso de Joseph Stiglitz, que entre 2001 e 2002, pronunciou uma série de conferências reunidas no livro organizado por Haa-Joon Chang, *The Rebel Within* (2001). Em 2002, 2003 e 2007, foram traduzidos respectivamente para o português, *A Globalização e seus Malefícios*, *Os Exuberantes Anos 90* e *A Globalização: Como dar Certo*. Neste conjunto de trabalhos, Stiglitz chama a atenção para o

insucesso da implementação da agenda das reformas orientadas para o mercado em países tão diversos quanto aqueles egressos do mundo socialista, como a Rússia e a República Tcheca, e países latino-americanos, como Peru, Bolívia e Argentina, entre outros. Comparando os diferentes casos, o autor conclui que a busca de soluções próprias e a preservação de margens significativas de autonomia na condução das reformas estão na raiz dos casos bem-sucedidos (por exemplo, Polônia e China), em contraste com a aplicação acrítica das fórmulas consagradas pelas agências multilaterais, que conduziu a experiências desastrosas (por exemplo, Rússia, República Tcheca e Argentina). No caso de Ha-Joong Chang, caberia destacar *Globalization, Economic Development and the Role of the State* (2003), *Kicking Away the Ladder* (2002) e, mais recentemente, *Bad Samaritans* (2008)– os dois últimos já traduzidos para o português. Aqui também o foco é a capacidade dos governos de fazerem escolhas próprias, a despeito dos reduzidos graus de liberdade associados ao avanço da globalização.

No âmbito desse debate, deve-se mencionar o livro clássico de Robert Wade, *Governing the Market* (1990), no qual o autor discute a articulação entre Estados, mercados e política industrial para o êxito do desenvolvimento no leste asiático. Igualmente relevante é a contribuição de Dani Rodrik (2002 a; 2002 b; 2004; 2006) para a consolidação da crítica às concepções integrantes do *mainstream* dos anos 1990, a chamada década neoliberal. Este último participou do seminário promovido pelo BNDES, em 2002, “Desenvolvimento e Globalização”, que deu origem a uma coletânea reunindo os trabalhos apresentados durante o evento. Especialistas estrangeiros e brasileiros participaram desse debate sobre como repensar os rumos do desenvolvimento capitalista, após o auge do período das reformas orientadas para o mercado. Apesar da diversidade de orientações, tais autores convergem no diagnóstico de que a adesão incondicional às diretrizes do Consenso de Washington, durante a hegemonia da agenda neoliberal, foi responsável pelos baixos índices de crescimento, pela estagnação, aumento da pobreza e da vulnerabilidade externa em diferentes partes do mundo³.

No campo da ciência política, destacaria dois autores, cuja influência não pode ser ignorada. Refiro-me a Peter Evans e Linda Weiss. Peter Evans deu uma grande contribuição para repensar as relações entre Estado, globalização e desenvolvimento, desde a publicação, em 1995, do livro *Embedded Autonomy*. Trata-se de um livro que teve um papel pioneiro na construção de uma nova visão acerca do papel do Estado no desenvolvimento dos países emergentes. O autor vai além da análise econômica, chamando a atenção para a sinergia entre Estado e sociedade, principalmente entre o Estado e as classes empresariais. Mais especificamente, desloca a ênfase para os aspectos institucionais envolvidos

na construção de mecanismos de governança econômica, com destaque para a montagem de arenas de *concertação*, tendo em vista a definição e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, em países como Índia, Coréia e Brasil.

Linda Weiss, ainda que focalizando, em seus estudos, principalmente os países do capitalismo desenvolvido e do leste asiático, deve ser mencionada pela originalidade de sua contribuição referente ao papel do Estado e das instituições domésticas na ordem mundial globalizada. Sob esse aspecto, dois de seus livros devem ser destacados: *The Myth of the Powerless State*, de 1998, e *States in the Global Economy*, de 2003. Trata-se de uma autora que tem certamente muito a dizer acerca da reinterpretação da globalização e do resgate da relevância do Estado na formulação de políticas para enfrentar os desafios externos.

A controvérsia intelectual no alvorecer do terceiro milênio: um balanço

Quais as principais conclusões a que podemos chegar à luz da discussão, cujos pontos centrais foram aqui brevemente ressaltados?

Antes de mais nada, gostaria de destacar o refinamento do debate intelectual e acadêmico na esfera internacional. O avanço do conhecimento daí resultante acirrou o clima de controvérsia e o conflito de visões acerca dos rumos do desenvolvimento capitalista. Como consequência, observou-se uma fissura na comunidade epistêmica internacional – isto é, na rede transnacional de conexões – através da qual, criam-se e difundem-se novas idéias, nas diferentes esferas do saber. O dissenso sobrepôs-se à platitude de argumentos e de convicções, marca do período anterior. Nesse contexto, sobressai o pensamento crítico e abre-se espaço para novas reflexões e novas formulações.

Esta visão de questionamentos produziu, por sua vez, alguns efeitos marcantes. Em primeiro lugar, aprofundou-se a crítica da perspectiva globalista. Esta, tanto em sua versão radical, como em sua versão moderada, repousa numa idéia-força: a interdependência econômica entre os países, no mercado internacional – aspecto considerado inexorável, do processo de globalização – seria o fator determinante da perda de centralidade dos Estados nacionais, uma vez que a lógica subjacente seria a da diluição das fronteiras nacionais. Assim, quanto maior o aprofundamento do processo de globalização, menor seria o poder dos Estados domésticos, chegando-se, no limite, à previsão do fim dos Estados-nação.

O poder de escolha se deslocaria para o âmbito dos investidores globais, das organizações responsáveis pelos tratados mundiais de comércio ou ainda para o âmbito das corporações transnacionais, conduzindo, em última

instância, à erosão dos capitalismos nacionais. Sob tais circunstâncias, deixaria de fazer sentido pensarmos em caminhos específicos para a definição de novas vias de desenvolvimento.

Em contraposição a essa visão, típica da chamada “escola das restrições”, sobressai outro enfoque, segundo o qual a economia global tende a desencadear duas lógicas, uma restritiva e outra na direção contrária, a de capacitar os governos a responder aos desafios externos (Weiss, 2003: 1-10). As instituições domésticas e as elites governantes nacionais são responsáveis pela mediação entre as esferas interna e externa, elaborando as políticas para lidar com a abertura econômica. A própria interdependência não obedece ao automatismo cego do mercado globalizado, mas requer a capacidade dos Estados nacionais no sentido de administrar a inserção de suas economias na ordem internacional em função de interesses próprios. Portanto, persiste a importância da ideia de defesa da soberania nacional. Ademais, ganha realce a nova concepção de governabilidade, envolvendo as dimensões externa e interna.

Uma segunda conclusão relevante diz respeito a que, por mais estreitas que sejam as margens de manobra, sempre há espaço para a busca de alternativas. E, sobretudo, a capacidade de usar os graus de liberdade existentes em benefício dos interesses nacionais torna-se um importante diferencial entre os países inseridos na dinâmica do capitalismo globalizado. Em terceiro lugar, situa-se a crítica do receituário único, isto é, o questionamento da validade e eficácia de uma agenda uniforme de aplicação universal.

Em quarto lugar, a literatura acima referida rejeita o pressuposto da convergência e da uniformização, salientando a constatação de que, na realidade, o que se observou foi a diversidade. Nessa linha, observa-se a revalorização da literatura sobre variedades de capitalismo (Hall & Soskice, 2001; Amable, 2003). Esta refuta o argumento da uniformidade, oferecendo uma abordagem teórica alternativa à perspectiva da homogeneização na direção do modelo neoliberal. Nessa linha de reflexão, não há razão para se esperar a convergência em direção a sociedades, cuja economia seria regida pelas leis do mercado e seu funcionamento garantido pelo modelo institucional anglo-saxão.

Finalmente, aprofunda-se o questionamento dos pilares do pensamento neoliberal. Radicaliza-se a crítica da negação do Estado, da irrelevância da política industrial e da ideia do caminho único. Não existe o caminho, mas, sim, vários caminhos para se alcançar o crescimento sustentado numa economia global. Rejeita-se ainda o conceito minimalista de desenvolvimento, que o igualava a crescimento econômico.

É dentro desse contexto intelectual que se reativa o debate em torno de estratégias nacionais alternativas de desenvolvimento e de formas diferenciadas

de inserção na ordem global, o que, por sua vez, nos leva ao resgate da perspectiva de longo prazo.

A complexidade crescente do debate sobre as Variedades de Capitalismo: Reavaliando o papel do Estado

E assim chegamos a um novo ponto de inflexão. As abordagens contemporâneas propõem um enfoque alternativo que resgata a relevância do papel regulador, indutor e, sobretudo, coordenador do Estado. A natureza e a qualidade do intervencionismo estatal reassumem, assim, papel de destaque na discussão sobre as vias de desenvolvimento no contexto do capitalismo globalizado, reconhecendo-se a pertinência de distintas modalidades de ação estatal. Ademais, deve-se acrescentar, admite-se a existência de várias formas de capitalismo, distintas combinações institucionais e a importância da função de coordenação estatal para alcançar o aumento do crescimento e da competitividade das economias nacionais (Soskice, 1999; Kitchelt, Lange, Marks & Stephens, 1999; Hall & Soskice, 2001; Amable, 2003).

Ao invés de se pensar, como no auge do pensamento neoliberal, em termos de polaridades, como a contraposição entre modelo estatista-protetionista *versus* economia de mercado; modelo exportador *versus* modelo voltado para o mercado interno; matriz desenvolvimentista *versus* neodesenvolvimentismo, creio ser mais profícua a proposta de Soskice de alçar ao primeiro plano da análise a distinção entre regimes produtivos dentro dos marcos do capitalismo. Segundo a definição de Soskice, regime produtivo diz respeito à estreita relação de complementaridade entre o mercado, a atividade associativa, os micro-agentes econômicos e os aspectos centrais do marco institucional vigente. Isto é, regimes produtivos referem-se à organização da produção por intermédio de mercados e instituições correlatas. Trata-se do processo pelo qual “os micro-agentes estruturam suas relações a partir de estruturas de incentivos e restrições estabelecidos por instituições de mercado, tais como os sistemas financeiros, de política industrial, educacional e de treinamento de mão-de-obra ou ainda de pesquisa e desenvolvimento de relações entre empresas” (Soskice, 1999: 102).

A partir deste arcabouço teórico, é possível pensar o Estado, a empresa, o mercado, as associações e os grupos de interesse como parte integrante de um dado regime produtivo, no sentido de que estão inseridos numa configuração institucional mais abrangente, a qual define as regras, valores, incentivos e restrições que condicionam o desempenho dos diferentes atores. A literatura sobre variedades de capitalismo oferece uma perspectiva analítica alternativa às abordagens dominantes nos anos 80 e 90 do século passado que insistiam

no argumento da convergência das sociedades inseridas no sistema capitalista mundial. Permite ainda refutar as interpretações que advogam uma tendência uniformizadora como decorrência do suposto papel integrador do processo de globalização capitalista. Trata-se de um programa de pesquisa que, privilegiando o comportamento das firmas e atores empresariais, tem como cerne o estudo, a partir de uma perspectiva comparada, dos fundamentos institucionais das diferenças nacionais no interior do sistema capitalista.

É vasta e heterogênea a literatura sobre variedades de capitalismo (VOCS). Não é objetivo deste trabalho fazer um levantamento exaustivo de todos os autores desta vertente analítica. Num primeiro momento, predominou a tendência à construção de tipologias. Remontando ao livro mais conhecido de Hall e Soskice (2001), que propõe uma divisão binária, contrapondo dois tipos ideais – as economias liberais de mercado (LMEs) e as economias de mercado coordenadas (CMEs) – outros autores construíram tipologias mais complexas.

Assim, Amable (2003) apresenta cinco modalidades de capitalismo (de mercado, social-democrata, continental europeu, mediterrâneo e asiático). Numa linha similar, Boyer (2005), incluindo entre as variáveis-chave, o papel do Estado e a inserção na ordem global, propõe uma divisão alternativa em 4 categorias: economias orientadas para o mercado (equivalente a LME), meso-corporativista (Japão e Coreia), capitalismo dirigido pelo Estado (Europa Continental) e o modelo social-democrata (Escandinávia).

Finalmente, Schneider (2007; 2009) amplia o escopo da abordagem das variedades de capitalismo aplicando-a aos países da América Latina. Para tanto, expande a tipologia com o objetivo de possibilitar análises comparativas mais abrangentes, o que lhe permite ir além da Europa e da Ásia, abarcando também os países em desenvolvimento. Desta forma, o autor acrescenta uma nova modalidade, as economias de mercado hierárquicas, voltadas para o estudo do capitalismo latino-americano.

Num segundo momento, observou-se um esforço de questionamento dos excessos de taxonomia. E assim chegamos ao que pode ser talvez considerado um dos mais complexos e promissores dos trabalhos que retomam esta vertente a partir de uma perspectiva crítica. Refiro-me à contribuição de Vivien Schmidt (2005; 2006), que introduz de forma consistente as dimensões do Estado e da política no argumento teórico das variedades de capitalismo.⁴ Para tanto, a autora acrescenta à tipologia binária uma terceira modalidade de capitalismo, as chamadas “state-influenced market economies” (SMEs), onde se enquadram países como França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia. Nesse tipo de capitalismo, o Estado exerce um papel mais ativo e diferenciado comparativamente às LMEs e às CMEs (Schmidt, 2006: 4-6), na medida em que intervém

provocando impactos variados. Tais impactos podem ser positivos, aumentando a capacidade dos atores econômicos no domínio da produção e da interação sócio-política, ou negativos, restringindo a ação dos agentes nos diferentes domínios (Schmidt, 2006: 6). Segundo a autora, a ação do Estado está constituída pelas políticas e práticas governamentais que emergem das interações políticas entre os atores públicos e privados em dados contextos institucionais. Em suas palavras, *“State action, put more precisely, needs to be understood in terms of ‘policy’, meaning the substantive policies affecting business and labor; ‘polity’, meaning how such policies as well as the interactions among political and economic actors are shaped by political institutional context; and ‘politics’, by which I mean not just strategic interactions among political actors but also political actors’ substantive ideas and discursive interactions”* (Schmidt, 2006: 10). Desta forma, ganham realce, no arcabouço teórico das variedades de capitalismo, as dimensões político-institucionais da ação estatal, além das idéias e dos discursos dos atores relevantes. Trata-se da perspectiva do institucionalismo discursivo, cuja ênfase nas dimensões das idéias e discursos permite explicar a dinâmica da mudança na economia política⁵.

No caso dos países em desenvolvimento, esta visão de natureza mais política e institucional torna-se ainda mais relevante. Tais economias não podem prescindir de um Estado ativo dotado de amplas capacidades em todas as esferas, não apenas na ordem econômica. Considerando a necessidade de explicar a diversidade das particularidades nacionais dentro da América Latina, Sánchez (2008) propõe um modelo mais abrangente que, embora reconhecendo a importância da firma (cerne da literatura das variedades de capitalismo), incorpora outras dimensões analíticas, tais como o papel e a estrutura do Estado e a força relativa dos sindicatos de trabalhadores⁶.

Retomando essa linha de argumentação, ressalto que o Estado necessita intervir, segundo uma estratégia, isto é, uma visão de longo prazo, que o torne capaz de coordenar a ação dos agentes públicos e dos atores privados na consecução das metas coletivas (Weiss, 1990; Evans, 2007). Entre estas, destaca-se a reversão da trajetória de crescimento associado à desigualdade na distribuição de renda, marca do antigo padrão desenvolvimentista. De forma similar, já não é mais possível enfatizar a expansão econômica em detrimento dos recursos ambientais. Tais dimensões não mais podem ser tratadas sob a ótica de um jogo de soma zero. Ao contrário, representam aspectos indissociáveis de um projeto nacional que responda às aspirações do conjunto da população.

Diante dos desafios do século XXI, torna-se, portanto, imperativa a capacidade de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento, que seja compatível com as mais recentes análises sobre a globalização e as novas modalidades

de inserção internacional. De forma similar, é preciso gerar uma nova visão das funções do Estado tanto na ordem econômica, como no campo das políticas sociais e ambientais. Impõe-se superar definitivamente as amarras de antigas concepções acerca do Estado desenvolvimentista, cuja legitimidade estava atrelada primordialmente à consecução de altas taxas de crescimento econômico.

Repensando o desenvolvimento

A argumentação acima desenvolvida chama a atenção para um terceiro ponto de inflexão no debate internacional. Trata-se da reflexão acadêmica que levaria à redefinição do conceito de desenvolvimento.

Sob esse aspecto, vale lembrar a contribuição de Armatya Sen em dois de seus mais conhecidos livros: *Sobre Ética e Economia (1987)* e *Desenvolvimento como Liberdade, (1999)*. Nesses dois livros, o autor rompe com uma visão unidimensional da economia, ao enfatizar a dimensão ética e política de problemas econômicos prementes de nosso tempo, colocando em xeque a concepção convencional de desenvolvimento. As visões mais restritas de desenvolvimento – como crescimento do PIB, aprofundamento da industrialização ou expansão das exportações – passam ao largo da importante concepção de que liberdades substantivas, como a liberdade de participação política, a oportunidade de receber educação básica ou assistência médica, estão entre os elementos constitutivos do desenvolvimento. Segundo Sen, desenvolvimento deve ser interpretado como um processo de expansão das liberdades reais de que desfrutam os cidadãos de um país. Como tal requer, antes de tudo, que se removam as principais fontes de privação de liberdade, tais como a tirania e a pobreza, a carência de oportunidades econômicas, a destituição social sistemática, a negligência de oferta de serviços públicos essenciais e a insegurança econômica, política e social. O crescimento econômico é, sim, um componente importante, pois contribui não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Entretanto, é condição necessária, mas não suficiente. Desta forma, a contribuição do crescimento econômico tem que ser avaliada não apenas pelo aumento da renda, mas também pela expansão dos serviços sociais que o crescimento pode viabilizar (Sen, 1999, cap 2).

Os desafios éticos, inclusive aqueles ligados à equidade, passam, portanto, para o centro do debate sobre o desenvolvimento. Este tipo de concepção abrangente do desenvolvimento refletiu-se na adoção pela ONU do Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) para medir o grau de avanço alcançado pelos diferentes países do mundo⁷.

Considerações Finais

O avanço do debate intelectual observado na esfera internacional e as mudanças verificadas, no Brasil e em parte expressiva da América Latina, ao longo das três últimas décadas, permitem identificar importantes pontos de inflexão tanto na produção acadêmica, quanto na trajetória recente destes países.

Em primeiro lugar, cabe destacar o esforço de reinterpretação do processo de globalização, dando lugar à visão crítica das formulações anteriores. O cerne da nova geração de interpretações aponta para o teor multidimensional daquele processo, com ênfase nas dimensões políticas e institucionais. Ademais assumiu o primeiro plano a refutação das análises que afirmavam a redução ou mesmo a anulação do papel do Estado como consequência inevitável da globalização. Desta forma, o ativismo estatal não deixou de ter relevância no mundo contemporâneo. Ao contrário, a nova realidade requer a expansão e o aperfeiçoamento das capacidades estatais.

Em segundo lugar, a centralidade do Estado se revela através não apenas de seu papel regulador, mas também de seu papel indutor e coordenador. Assim, a natureza e a qualidade do intervencionismo estatal seguem tendo atualidade na discussão das vias de desenvolvimento no contexto do capitalismo globalizado.

Outro aspecto relevante diz respeito à complexidade crescente da literatura sobre as variedades de capitalismo que caracterizam o contexto atual. Esta literatura oferece uma perspectiva analítica alternativa às abordagens dominantes nos anos 80 e 90 do século passado que insistiam no argumento da convergência das sociedades inseridas na ordem capitalista mundial. Permite ademais refutar as interpretações que privilegiam a lógica uniformizadora como decorrência do suposto efeito integrador do processo de globalização capitalista. Oferece o respaldo teórico-conceitual para um programa de pesquisas, a partir de uma perspectiva comparada, acerca dos fundamentos institucionais e políticos das diferenças nacionais no interior do sistema capitalista.

Um quarto ponto de inflexão refere-se à reinterpretação do processo de desenvolvimento, questionando-se a visão economicista e reducionista, responsável pela identificação de desenvolvimento com crescimento econômico. Nesse sentido, adquire centralidade a concepção alternativa, de caráter multidimensional. Segundo este enfoque, ética, equidade e sustentabilidade

representam aspectos indissociáveis da nova concepção de desenvolvimento. Esta, por sua vez, requer a formulação de um novo projeto nacional que transcenda os interesses das elites. O alcance de tais metas impõe a transversalidade das políticas públicas e um alto grau de capacidade de coordenação do Estado para tornar exequível a harmonização desse conjunto de políticas.

Finalmente, deve-se salientar a necessidade de se repensar a reforma do Estado, no contexto de democracias sustentadas. Em outros termos, a questão democrática vai mais além da consolidação das regras do jogo da democracia eleitoral, já que está referida à sustentabilidade da democracia. É necessário para alcançar a estabilidade a longo prazo superar as principais modalidades de déficit historicamente acumulados e que foram aguçados sob o impacto das políticas neoliberais executadas nos anos 90 do século passado. Refiro-me, em primeiro lugar, ao *déficit de inclusão social*, desafio permanente que requer novas prioridades da agenda pública de forma a reverter os seculares padrões de injustiça e iniquidade; em segundo lugar, cabe mencionar o déficit resultante da incapacidade do Estado de produzir os resultados socialmente desejados, o que se traduz principalmente pelo baixo poder infra-estrutural do Estado (Mann, 1986; 2006) e por fim o déficit de *accountability*, de maneira a induzir os governantes a fazer escolhas compatíveis com o interesse público (O'Donnell, 2002; 2004). Cabe lembrar que uma das características-chave da democracia é a *responsividade* do governo com respeito às preferências de seus cidadãos considerados como politicamente iguais. Em outros termos, é necessário aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas em termos dos graus de responsividade e de responsabilidade de seus governantes (Przeworski, 1996).

Isto significa, em última instância, reforçar a importância da dimensão social da democracia entendida em termos da ampliação dos direitos de cidadania, reduzindo a distância entre a vontade dos cidadãos traduzida nas urnas e as escolhas feitas pelos governantes uma vez no poder.

Notas

* Este texto é uma versão modificada e ampliada da palestra proferida no dia 13 de abril de 2009 na mesa-redonda, *Estado, Variedades de Capitalismo e Políticas de Desenvolvimento*, inaugurando os Seminários do INCT/PPED (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) programados para o ano de 2009. Retoma e aprofunda uma linha de reflexão presente em artigos anteriores. Ver principalmente Diniz, Eli (2007; 2008).

¹ Gourevitch, 1986: 9; tradução livre.

² Ver Diniz, 2007: 24-34.

³ Para uma análise detalhada dessa discussão, ver Diniz, 2007: 7-61.

⁴ Agradeço a Eduardo Condé a referência aos textos de Vivien Schmidt (Condé, 2009).

⁵ Ver Schmidt, 2009.

⁶ Nas palavras do autor, “se nosso objetivo é também explicar a diversidade das instituições e resultados, (a literatura) VOCS não é suficiente. A abordagem é muito rígida para dar conta das particularidades nacionais e da diversidade de resultados (...). Seguindo Coates (2000), Huber (2002), Pontusson (2005) e outros, argumento que o papel e a estrutura do Estado é fundamental para entender a diversidade em termos da produtividade do trabalho, equidade, inserção externa e elaborar novas políticas” (2008: 7). Tradução livre.

⁷ Como é sabido, o conceito de Desenvolvimento Humano é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente pelo PNUD/ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). O IDH foi criado pelo economista paquistanês Mahbud ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. Uma interessante discussão sobre a contribuição de Amartya Sen ao enriquecimento do debate em torno do desenvolvimento encontra-se em Vita, 2008.

.....

Referências Bibliográficas

AMABLE, B. *The Diversity of Modern Capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

BOTANA, N. Dimensiones históricas de las transiciones a las democracias en América Latina. In: *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos, contribuciones para el debate*. PNUD, Buenos Aires: Alfaguara, S. A., 2004.

BOYER, R. Why and How Capitalism Differ? *Economy and Society*. 34 (4): 509-557.

CHANG, H.-J. (ed.). *Joseph Stiglitz and the World Bank, The Rebel Within*. London: Anthem Press, 2001.

———. *Globalisation, Economic Development and the Role of the State*, London, New York, Penang: TWN/Zed Books Ltd, 2003.

———. *Chutando a Escada, A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004 a.

———. (ed.) *Rethinking development economics*. London: Anthem Press. 2ª Edição, 2004b.

———. *Bad Samaritans*. New York: Bloomsbury Press, 2008.

COATES, D. (ed). *Varieties of Capitalism, Varieties of Approaches*, NY: Palgrave McMillan, 2006.

CONDÉ, E. S. *A Rota da Diversidade – Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento*. Ponto de Vista, N° 6, Junho de 2009. In: <http://neic.iuperj.br/pontodevista/>

DAHL, R. *Polyarchy: participation and opposition*. London: Yale University Press, 1972.

DINIZ, E. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 2ª edição.

———. Planejando o Desenvolvimento: a centralidade da dimensão político-institucional. In: Castro, A. C., Licha, A., Pinto Jr. H. Q. & Sabóia, J. (orgs). *Brasil em Desenvolvimento. Instituições, política e sociedade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Vol. 2.

- . O Pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: Diniz, E. (org). *Globalização, Estado e Desenvolvimento: Dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- DINIZ, E. Depois do Neoliberalismo: Rediscutindo a articulação Estado e Desenvolvimento no Novo Milênio. Ponto de Vista, Nº 2, setembro de 2008. ISSN 1983-733X. <http://neic.iuperj.br>
- EVANS, P. *Embedded Autonomy – States and Industrial Transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- . Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. *Revista de Economia Contemporânea*. Nº4, jul/dez, 1998.
- . Além da “monocultura institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. *Sociologias*, n. 9, jan 2003.
- . *Instituciones y Desarrollo en La Era de La Globalización Neoliberal*. Bogotá: ILSA, 2007.
- GOUREVITCH, P. *Politics in Hard Times. Comparative Responses to International Economic Crisis*, Ithaca and London: Cornell University Press, 1986.
- HAAS, P. M. *Knowledge, Power and International Policy Coordination*. Columbia: University of South Carolina Press, 1997.
- HALL, P. A & SOSKICE, D. *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HELD, D. & MCGREW, A. (eds). *Globalization Theory, Approaches and Controversies*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- HUBER, E. (ed) *Models of Capitalism. Lessons for Latin America*, University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.
- . Globalization and Inequality in Latin America and Caribbean. Position Paper. Seminário Variedades de Capitalismo em Países Emergentes. INCT/PPED. Rio de Janeiro, 9 de junho de 2009.
- KITSCHOLT, H.; LANGE, P.; MARKS, G. & STEPHENS, J. D. (eds) *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MANN, M. A crise do Estado-nação latino-americano. IN: DOMINGUES, J.M. e MANEIRO, M. (orgs). *América Latina Hoje, conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MANN, M. The autonomous power of the State: its origins, mechanisms and results. In HALL, J. (ed.), *States in history*. Oxford, Basil Blackwell, 1986.
- . A crise do Estado-nação latino-americano. In: DOMINGUES, J. M. & MANEIRO, M. (orgs). *América Latina Hoje. Conceitos e Interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- O’DONNELL, G. Las poliarquías y la (in)efectividad de la ley en América Latina. In MENDEZ & O’DONNELL (orgs), *La (in)efectividad de la ley y la exclusión en América Latina*. Buenos Aires/ Barcelona/México, Paidós, 2002.
- . Acerca del Estado en América Latina Contemporánea: diez tesis para discusión, In: *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos, contribuciones para el debate*. PNUD, Buenos Aires: Alfaguara, S. A., 2004.
- PNUD, *La Democracia en América Latina, Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*. PNUD, Buenos Aires: Alfaguara: 2004.
- PONTUSSON, J. Varieties and Commonalities of Capitalism. In: COATES, D. (ed). *Varieties of Capitalism. Varieties of Approaches*, NY: Palgrave MacMillan, 2006.
- PRZEWORSKI, A. Reforma do Estado, responsabilidade política e intervenção econômica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 11, 32, 1996.
- REINERT, E. *How Rich Countries Got Rich and Why Poor Countries Stay Poor*. London: Constable and Robinson: 2007.

Eli Diniz

RODRIG, D. *Growth Strategies*. Economics Working papers from Department of Economics, Johannes Kepler University Linz, Austria, 2004.

————— Depois do Neoliberalismo, O Quê? IN: *Desenvolvimento e Globalização*, seminário do BNDES, 12-13 de setembro de 2002. Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo. Rio de Janeiro: BNDES: 277-298, 2002 a.

————— Estratégias de desenvolvimento para o novo século. In Arbix, G., Comin, A.

Zilbovicius, M. Abramovay, R. (orgs). *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. São Paulo: Editora UNESP, Edusp, 2002 b.

————— Goodby Washington Consensus, Hello Washington Confusion?, Paper prepared for the *Journal of Economic Literature*.

————— *One Economics Many Recipes: Globalization, Institutions and Economic Growth*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

SÁNCHEZ-ANCOCHEA, D. In Search of New Theories and Policies in Latin America. A Critic Discussion of the Models of Capitalism Approach (es). Paper presented at the IV Latin American Congress of Political Science, San José, Costa Rica, 5-7 August. 2008.

SCHNEIDER, B. R. Comparing Capitalisms: Liberal, Coordinated, Network and Hierarchical Varieties. 2007. <http://depot.northwestern.edu/school/wcas/polisci/schneider.index.html>.

————— Hierarchical Market Economies and Varieties of Capitalism in Latin America. *Journal of Latin American Studies*, 41, 2009.

SCHMIDT, V. French capitalism transformed, yet still a third variety of capitalism. *Economy and Society*, 32(4): 526-54.

————— Bringing the state back into the varieties of capitalism and discourse back into the explanation of change. Paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Philadelphia, 31 August - 3 September. 2006.

————— Democracy in Europe: The Impact of European Integration. *Perspectives on Politics*, vol. 3, n° 4: 761-779, 2005.

————— Putting the Political Back into Political Economy by Bringing the State Back in Yet Again. Forthcoming: *World Politics*, July, 2009.

SCHNEIDER, B.R. Comparing Capitalisms: Liberal, Coordinated, Network and Hierarchical Varieties, 2007. <http://depot.northwestern.edu/school/wcas/poli-sci/Schneider/index.html>

SEN, A. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

————— *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002..

SOSKICE, D. Divergent Production Regimes: Coordinated and Uncoordinated Market Economies in the 1980's and 1990's. IN: Kitschelt, H., Lange, P., Marks, G. & Stephens, J. D. *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

STIGLITZ, J. E. *A Globalização e seus Malefícios*. São Paulo, Futura, 2002.

—————. *Os Exuberantes Anos 90 – uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

—————. Globalización, organismos financieros internacionales y las economías latinoamericanas. IN: *La Democracia en América Latina, hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*. PNUD, 2004.

STIGLITZ, J. E. *Globalização. Como dar certo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WADE, R. *Governing the Market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WEISS, L. *The Myth of the Powerless State, Governing the Economy in the Global Era*. Ithaca, NY: Cornell University. 1998.

—————(ed) *States in the Global Economy. Bringing Domestic Institutions Back In*. London: Cambridge University Press, 2003.

_____ The State in The Economy: Neoliberal or Neoactivist? _Paper apresentado no Seminário *Políticas de Inovação em Tempos Difíceis*. INCT/PPED. Rio de Janeiro, IE/UFRJ. 2 e 3 de setembro de 2009.

VITA, A. de *O Liberalismo Igualitário. Sociedade democrática e justiça internacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.